

BALANÇO

CÓDIGO DE CONTAS		2001				2000	
CE (1)	POC	ATIVO		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO
C							
IMOBILIZADO							
Imobilizações incorpóreas							
1	431	Despesas de instalação		13.493.640 \$	13.493.640 \$		
1	432	Despesas de investigação e desenvolvimento		12.425.000 \$	12.425.000 \$		
2	433	Propriedade industrial e outros direitos		6.155.350 \$	4.958.476 \$	1.196.874 \$	3.077.676 \$
3	434	Trepassos		600.000 \$		600.000 \$	2.750.000 \$
		Subtotal		32.673.990 \$	30.877.116 \$	1.796.874 \$	5.827.676 \$
II							
Imobilizações corpóreas							
1	421	Terrenos e recursos naturais		22.460.100 \$		22.460.100 \$	22.460.100 \$
1	422	Edifícios e outras construções		351.502.325 \$	201.316.240 \$	150.186.085 \$	176.446.795 \$
2	423	Equipamento básico		1.802.167.151 \$	1.542.849.781 \$	259.317.370 \$	154.720.101 \$
2	424	Equipamento de transporte		86.933.607 \$	72.468.309 \$	14.465.298 \$	10.884.178 \$
3	425	Ferramentas e utensílios		24.735.736 \$	17.287.937 \$	7.447.799 \$	7.602.365 \$
3	426	Equipamento administrativo		94.841.006 \$	59.235.049 \$	35.605.957 \$	39.989.612 \$
3	427	Tanques e vasilhame		1.094.000 \$	880.198 \$	213.802 \$	432.600 \$
3	429	Outras imobilizações corpóreas		31.744.299 \$	20.437.108 \$	11.307.191 \$	18.610.590 \$
4	441/6	Imobilizações em curso		8.544.562 \$		8.544.562 \$	14.204.469 \$
		Subtotal		2.424.022.686 \$	1.914.474.822 \$	509.547.864 \$	445.360.819 \$
III							
Investimentos financeiros							
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo		41.135.718 \$	95.000 \$	41.040.718 \$	41.040.718 \$
3	4112	Partes de capital em empresas associadas		14.451.359 \$	14.451.359 \$		
5	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras		1.645.837 \$		1.645.837 \$	1.727.649 \$
		Subtotal		57.232.914 \$	14.546.359 \$	42.686.555 \$	42.768.367 \$
D							
CIRCULANTE							
Existências							
1	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		110.187.820 \$		110.187.820 \$	131.856.575 \$
2	35	Produtos e trabalhos em curso		45.010.750 \$		45.010.750 \$	25.763.264 \$
3	34	Subprodutos, desperdício, resíduos e refugos					
3	33	Produtos acabados e intermediários		12.806.766 \$		12.806.766 \$	6.796.053 \$
3	32	Mercadorias		8.892.777 \$		8.892.777 \$	3.679.944 \$
		Subtotal		176.898.113 \$		176.898.113 \$	168.097.836 \$
II							
Dívidas de terceiros - curto prazo (b)							
1	211	Clientes, c/c		428.888.574 \$		428.888.574 \$	374.182.981 \$
1	212	Clientes, títulos a receber					2.688.901 \$
3	218	Clientes cobrança duvidosa		73.409.415 \$	67.111.524 \$	6.297.891 \$	
3	253+254	Empresas do grupo		5.883.319 \$		5.883.319 \$	1.732.258 \$
4	24	Estado e outros entes públicos		1.381.077 \$		1.381.077 \$	1.232.318 \$
4	362+36+37+38+221	Outros devedores		1.510.155 \$		1.510.155 \$	1.668.759 \$
		Subtotal		509.072.540 \$	67.111.524 \$	441.961.016 \$	381.505.317 \$
III							
Títulos negociáveis							
3	1513+1523+153+9	Outros títulos negociáveis		174.472.353 \$		174.472.353 \$	127.391.593 \$
		Subtotal		174.472.353 \$		174.472.353 \$	127.391.593 \$
IV							
Depósitos bancários e caixa							
	12+13+14	Depósitos bancários		62.611.767 \$		62.611.767 \$	26.235.864 \$
	11	Caixa		520.962 \$		520.962 \$	905.887 \$
		Subtotal		63.132.729 \$		63.132.729 \$	27.141.751 \$
R							
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							
	271	Acrescimos de provisões					
	272	Custos diferidos		735.039 \$		735.039 \$	
		Subtotal		735.039 \$		735.039 \$	
Total de amortizações							
Total de provisões							
Total do Activo							
				1.945.351.938 \$			
				81.657.883 \$			
				3.438.240.364 \$	2.027.009.821 \$	1.411.230.543 \$	1.198.093.260 \$

B.R. 4

BALANÇO

CÓDIGO DE CONTAS		EXERCÍCIOS	
CE (I)	POC	2001	2000
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
A			
I	51	Capital	500.000.000 \$
	52	Acções próprias	
	521	Valor nominal	(12.101.000)\$
	522	Prémios e descontos	2.363.088 \$
III	55	Ajustamento de partes de capital em filiações e assoc.	40.568.558 \$
	56	Reservas de reavaliação	170.125.646 \$
IV	57	Reservas:	
1/2	571	Reservas legais	47.505.454 \$
4	574	Reservas livres	274.530.806 \$
4	579	Reservas especiais	26.882.040 \$
V	59	Resultados Transitados	(389.172.390)\$
		Subtotal	660.702.242 \$
VI	88	Resultado líquido do exercício	45.621.872 \$
		Total do capital próprio	706.324.114 \$
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos			
B	3	Outras provisões para riscos e encargos	20.626.654 \$
			20.626.654 \$
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo			
C	2	Dívidas a instituições de crédito	
	8	Outros empréstimos obtidos	
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo			
C	1	Dívidas a instituições de crédito	22.037.400 \$
	4	Fornecedores, c/c	290.865.679 \$
	8	Outros accionistas (sócios)	16.661.996 \$
	8	Outros empréstimos obtidos	
	8	Fornecedores de Imobilizado, c/c	169.307.345 \$
	8	Estado e outros entes públicos	62.792.253 \$
	8	Outros credores	30.781.523 \$
			570.408.826 \$
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
D	273	Acréscimos de custos	74.162.149 \$
	274	Proveitos diferidos	39.708.800 \$
			113.870.949 \$
Total do passivo		704.906.429 \$	522.597.006 \$
Total do capital próprio e do passivo		1.411.230.543 \$	1.198.093.250 \$

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CÓDIGO DE CONTAS		EXERCÍCIO				Escudos
CE (1)	POC	2001		2000		
CUSTOS E PERDAS						
2. a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas :				
		Mercadorias		91.865.225 \$	21.633.147 \$	
		Matérias		419.510.359 \$	345.932.568 \$	367.565.715 \$
2. b)	62	Fornecimentos e serviços externos		126.617.404 \$		96.438.785 \$
3		Custos com o pessoal :				
3. a)	641 + 642	Remunerações		140.598.994 \$	140.156.423 \$	
3. b)		Encargos Sociais :				
	643 + 644	Pensões				
	645 / 8 / 9	Outros		88.842.452 \$	82.361.511 \$	222.517.934 \$
4. a)	66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		54.581.539 \$	48.625.133 \$	
4. b)	67	Provisões		6.045.954 \$	60.627.493 \$	48.625.133 \$
5	63	Impostos		720.695 \$	789.749 \$	
5	65	Outros custos e perdas operacionais		808.763 \$	1.529.458 \$	1.595.373 \$
	(A)			929.591.385 \$		736.742.940 \$
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas		159.904 \$		
6	683 + 684	Amort. e provisões de aplicações e investimentos financeiros				
7	(2)	Juros e custos similares :				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros		20.371.000 \$	20.530.904 \$	2.024.001 \$
	(C)					
10	69	Custos e perdas extraordinários		950.122.289 \$	738.766.941 \$	
	(E)			4.798.613 \$	149.163 \$	
8 + 11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		954.920.902 \$	738.916.104 \$	
	(G)			954.920.902 \$	738.916.104 \$	
13	88	Resultado líquido do exercício		45.621.872 \$	(14.598.146) \$	
				1.000.542.774 \$	724.317.958 \$	
PROVEITOS E GANHOS						
1	71	Vendas :				
		Mercadorias		143.136.068 \$	24.160.017 \$	
		Produtos		793.058.044 \$	671.572.651 \$	
1	72	Prestações de serviços			936.194.112 \$	695.801.778 \$
2	(3)	Variação da produção		(44.619.808) \$	21.707.613 \$	
3	75	Trabalhos para a própria empresa				
4	73	Proveitos suplementares		1.800.000 \$	1.422.000 \$	
4	74	Subsídios à exploração				
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais		(42.819.808) \$		23.129.613 \$
	(B)			893.374.304 \$		718.931.391 \$
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
5	784	Rendimentos de participação de capital		1.615.928 \$	606.762 \$	
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras apl financeiras :				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros			2.428.175 \$	3.034.937 \$
7	(5)	Outros juros e proveitos similares :				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros		29.373.401 \$	30.989.329 \$	
	(D)				924.363.633 \$	721.966.328 \$
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários			76.179.141 \$	2.351.630 \$
	(F)				1.000.542.774 \$	724.317.958 \$
Resumo						
		Resultados operacionais :	(B) - (A) =	(36.217.081) \$		(17.811.549) \$
		Resultados financeiros :	(D-B) - (C-A) =	10.458.425 \$		1.010.936 \$
		Resultados correntes :	(D) - (C) =	(25.758.656) \$		(16.800.613) \$
		Resultados Antes de impostos :	(F) - (E) =	45.621.872 \$		(14.598.146) \$
		Resultados do exercício :	(F) - (G) =	45.621.872 \$		(14.598.146) \$

(*) N = valores do presente exercício; N-1 = valores do exercício anterior

(1) Em conformidade com o art.º 24º da 4ª Directiva da CE.

(2) 681 + 685 + 686 + 687 + 688

(3) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de «Produtos acabados e intermédios» (C/33), «Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos» (C/34) e «Produtos e trabalhos em curso» (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em «Regularizações de existências» (C/34)

(4) 7812 + 7815 + 7816 + 783

(5) 7811 + 7813 + 7814 + 785 + 786 + 787 + 788

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor
Registado na CMVM sobre Informação Semestral
1º Semestre de 2001

Introdução

- 1 Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação do primeiro semestre do exercício de 2001, da **Litho Formas Portuguesa - Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A.**, a qual inclui: o Balanço referente a 30 de Junho de 2001 e a Demonstração dos resultados do semestre então findo e o respectivo anexo, documentos que evidenciam um total de balanço de 1.411.231 contos e um total de capital próprio de 706.324 contos, incluindo um volume de negócios líquido de 936.194 contos, um resultado líquido após impostos de 45.622 contos e a comparação dos elementos da informação financeira atrás referida com os do primeiro semestre do exercício anterior.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos, posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.
- 3 A informação financeira prospectiva está detalhadamente suportada, reflectindo principalmente os objectivos da gestão.

Responsabilidades

- 4 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos VM;



- b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
 - a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes.

5 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos VM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

6 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a saber se a informação acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu:

- a) principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

7 a) O nosso trabalho abrangeu ainda o Relatório de Gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada.

b) O nosso exame não abrangeu a verificação das previsões orçamentais constantes do Relatório de Gestão, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência, por não nos terem sido indicados os pressupostos ou critérios que suportam as estimativas indicadas.

8 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação do primeiro semestre.

Reservas

9 Restrições de âmbito

- (a) Embora tenhamos sentido melhorias ao nível do custeio e controle da produção em vias de fabrico e dasua valorização para fecho de contas, verificámos que a empresa ainda não detém um sistema suficientemente eficiente de custeio dos trabalhos em curso no que toca ao corte de operações à data de balanço. O nosso trabalho não pôde, assim, avaliar o sentido e valor do ajustamento eventualmente necessário da respectiva rubrica de balanço.
- (b) Em anos anteriores a Empresa recebeu do IAPMEI 39.709 contos de subsídios a fundo perdido, que mantém em Proveitos diferidos, tendo o Projecto para que foram recebidos sido encerrado contabilisticamente em data recente e tendo sido ultimamente efectuada uma auditoria do Projecto pelo IAPMEI a fim de o validar. Aguarda-se ainda o resultado desta auditoria.

Por outro lado devido ao Projecto ter sido só realizado em parte, existe o risco da devolução parcial dos subsídios. A Empresa informou-nos não lhe ser possível proceder à avaliação desta contingência.

- 10 Em 1998, a Litho Formas & Drescher, Lda., participada em 50% pela Sociedade e em 50% pela DRESCHER GmbH, suspendeu a actividade após a sócia alemã ter declarado falência. Em consequência, a Empresa, ainda em 1998, provisionou em 100% (14.451 contos) esta sua participação financeira, tendo ainda constituído uma segunda provisão (para riscos e encargos) de 20.627 contos, valor correspondente aos prejuízos estimados adicionais em 31 de Dezembro de 1998. Não ficaram, no entanto, provisionados os prejuízos emergentes derivados da existência de garantias prestadas pela LITHO FORMAS PORTUGUESA, SA a bancos credores da associada e estimados em cerca de 70.700 contos em 30 de Junho de 2001 (31/12/00: 69.600 contos), conforme indicado na Nota 48 do Anexo.

- 11 A Empresa não contabiliza os efeitos fiscais das diferenças temporais relativas a impostos sobre os lucros, vulgarmente denominados "impostos diferidos". Em 30 de Junho de 2001 existem diferenças susceptíveis de justificar o reconhecimento contabilístico de impostos diferidos activos (fundamentados em prejuízos fiscais por utilizar e provisões fiscalmente não aceites) e impostos diferidos passivos (relacionados com a reavaliação do imobilizado), de valores brutos de 88.324 e 6.460 contos, respectivamente, (31/12/00 - 103.984 contos e 7.966 contos na mesma ordem). Em face da posição sensível em que a Empresa se encontra, de possível passagem de uma situação de prejuízos para uma de lucros, afigura-se-nos que 50% (em 31/12/00 - 50%) desses activos e a totalidade dos passivos podiam ser reconhecidos. O efeito líquido conjunto seria assim de 37.702 contos, favorável à Empresa em 30 de Junho de 2001.



Conclusões

- 12 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto quando aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas sob o parágrafo 9 acima e excepto quanto aos efeitos das situações referidas nos parágrafos 10 e 11 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira histórica do semestre findo em 30 de Junho de 2001 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 13 Devido às limitações indicadas em 7 (b) acima, não podemos exprimir qual tipo de parecer sobre os valores das previsões orçamentais incluídos no Relatório de Gestão.

Ênfases

- 14 Sem afectar a conclusão expressa no parágrafo 12 chamamos a atenção para que:
- Nos últimos 4 exercícios foram incorridos prejuízos operacionais e líquidos de valor significativo.
 - No 1º semestre de 2001 a Empresa mudou o critério valorimétrico dos produtos em vias de fabrico tendo os custos da mão de obra directa (estimados) passado a integrar a valorização daqueles para balanço. Conforme indicado na Nota 2 do Anexo em resultado desta mudança, estas existências em 30 de Junho de 2001 foram valorizadas por mais cerca de 9.000 contos do que resultaria caso se mantivesse a anterior base de valorimetria.

Lisboa, 06 de Setembro de 2001

Figueiredo & Neves, SROC

representada por

Paulo Guilherme Martin Figueiredo da Silva (ROC nº 601)